



Jornal do Judiciário

Quarta-feira, 08 de novembro de 2017
JJ569 / 12.500 exemplares

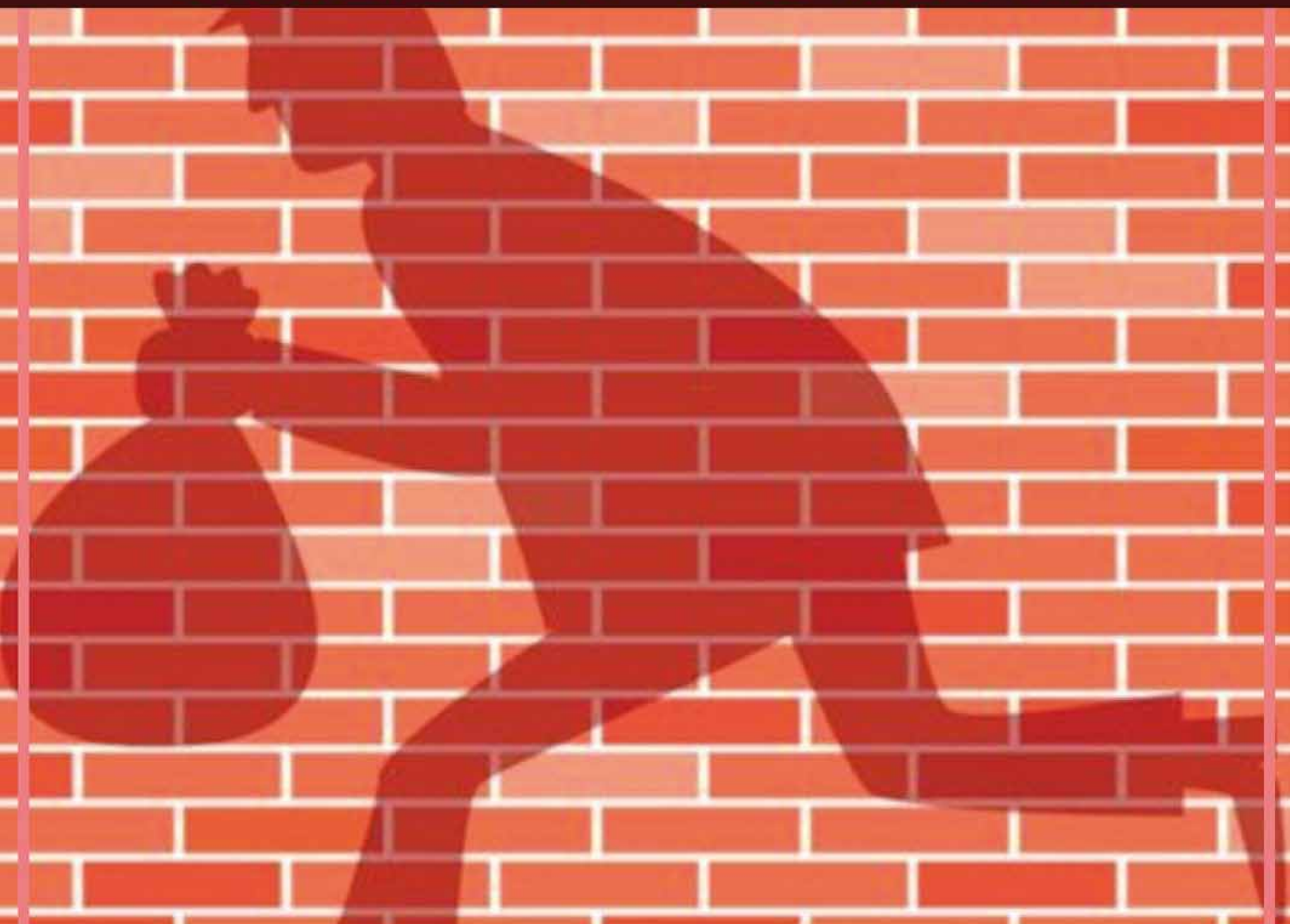


Siga o Sintrajud nas redes sociais:
facebook.com/Sintrajud
twitter.com/Sintrajud

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP - Gestão: Gente de Luta 2017/2020 - Tel.: (11) 3222-5833

MP 805

Confisco Salarial



REFORMA TRABALHISTA:

Resistir aos retrocessos e ao
esvaziamento da Justiça do Trabalho

REPOSIÇÃO SALARIAL

Novembro é o mês da 5ª parcela

Remuneração composta por Vencimento Básico e GAJ terá correção de 5,2%, mas aumentos dos planos de saúde e contribuição previdenciária corroem poder de compra

Os servidores do Judiciário Federal recebem neste mês de novembro a 5ª parcela da reposição salarial conquistada no ano passado, quando foi sancionada a Lei 13.317/2016. O total representado pelo Vencimento Básico (VB) mais a Gratificação Judiciária (GAJ) será corrigido em 5,2%.

Com isso, o reajuste acumulado desde que a lei foi sancionada, em julho do ano passado, fica entre 22,36% e 24,46%, dependendo do cargo e do padrão na carreira. A reposição salarial foi dividida em oito parcelas semestrais e a última será paga em janeiro de 2019, quando o percentual acumulado atingirá de 38,46% a 40,84%.

Apesar da queda da inflação neste ano, os servidores continuam perdendo poder de compra, não apenas por causa da inflação acumulada desde junho de 2006 (quando da aprovação do PCS 3), como também devido aos aumentos nas mensalidades dos planos de saúde. No TRF-3, por exemplo, dois reajustes aplicados neste ano elevaram as mensalidades do plano operado pela Amil em até 75%.

O aumento da contribuição previdenciária para 14%, imposto pelo governo Temer por meio de medida provisória publicada no último dia 30, representa outra ameaça de confisco salarial.

Por meio dos sindicatos e da Fenajufe, a categoria vem se mobilizando em diversas frentes



Brasília, julho de 2015: numa das maiores greves da história da categoria, servidores exigem derrubada do veto da presidente Dilma (PT) ao projeto salarial

para impedir essas perdas, com atos de protesto, ações judiciais e pressão sobre a administração dos tribunais e a cúpula do Judiciário. Um dos objetivos é conseguir mais verbas no orçamento para o custeio da assistência médica dos servidores.

Veja no *site* do Sintrajud a tabela salarial do mês de novembro.

Dia 25 tem Assembleia, Conselho de Base e Consciência Negra

Servidores vão discutir, entre outros assuntos, autorização para Sintrajud estudar mudança de sede

O Sintrajud realiza no dia 25 de novembro, sábado, a assembleia geral que vai discutir e votar o parecer do Conselho Fiscal sobre as contas do Sindicato relativas a 2016, além da previsão orçamentária para 2018.

A assembleia também discutirá a autorização para que a Diretoria Executiva comece estudos para a compra de uma nova sede. O objetivo é buscar uma sede que atenda melhor as necessidades do Sindicato e que seja mais acessível à categoria.

Depois da assembleia, o Conselho de Base realiza sua 48ª reunião - ampliada. Na pauta, estão os ataques do governo Temer ao funcionalismo público e seus desdobramentos nos locais de trabalho do Judiciário Federal.

No mesmo dia haverá uma atividade para marcar o Mês da Consciência Negra, com palestras sobre a situação da população negra no Brasil e intervenções culturais.

A ação coletiva de 2017 teve um despacho no final de outubro. A manifestação do juiz Bruno Valentim Barbosa, da 4ª Vara Cível Federal de São Paulo, saiu um mês depois de a ação ter sido distribuída.

No despacho, o juiz determinou que a União e a Amil, operadora do plano de saúde, manifestem-se sobre o reajuste.

Pela determinação, as rés devem esclarecer sobre a participação da União

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 48ª REUNIÃO - AMPLIADA - DO CONSELHO DE BASE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINTRAJUD/SP

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus Coordenadores Gerais, Executivos e de Administração e Finanças, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (conforme parágrafo 1º do artigo 25), faz saber que realizará a 48ª REUNIÃO - AMPLIADA - DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD, no dia 25 de novembro do ano corrente, às 11h, em primeira convocação. O evento acontecerá no auditório do SINTRAJUD/SP (Rua Antonio de Godói, 88, 15º andar, Centro, São Paulo/SP). PAUTA: 1. Informes gerais; 2. Análise de conjuntura, reflexão sobre os ataques ao funcionalismo público e seus respectivos desdobramentos nos locais de trabalho do Judiciário Federal; 3. Outros assuntos de interesse da categoria. A 48ª Reunião - Ampliada - do Conselho de Base será aberta para todos os associados, com direito a voz, competindo apenas a Diretoria Executiva, Direção de Base e Representantes dos Aposentados, o direito a voz e voto. Para que os eventos do sindicato sejam realizados com empenho e organização, pedimos aos Diretores de Base e associados, que confirmem a presença até o dia 23 de novembro de 2017 na Secretaria, com as funcionárias Juliana, Pâmela e Luci – telefone (11) 3222-5833 ramal: 6/ou por e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br para viabilizarmos o transporte, hospedagem e toda estrutura necessária para o evento. Caso necessite de creche apontar na ficha de inscrição! São Paulo, 07 de novembro de 2017 - Lucas José Dantas Freitas / Lynira Rodrigues Sardinha / Tarcísio Ferreira - Coordenadores Gerais

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores gerais, em conformidade com o Estatuto Social da entidade (artigo 38) realizará a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, dia 25 de novembro de 2017 (sábado), às 9h30, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, às 10h, em qualquer número, no auditório do Sindicato, Rua Antonio de Godói, 88, 15º andar (próximo ao metrô São Bento). PAUTA: 1. Apreciação e votação do Parecer do Conselho Fiscal sobre as contas do Exercício de 2016; 2. Apreciação e votação da Previsão Orçamentária para o Exercício de 2018; 3. Autorização para a Diretoria Executiva realizar estudos para aquisição de nova sede. Observação: Os documentos contábeis relativos às contas do exercício de 2016 estarão à disposição da categoria na sede do SINTRAJUD/SP, nos dias 22, 23, 24 de novembro de 2017 - das 11h às 17h, ou qualquer outro dia desde que previamente agendada na tesouraria do Sindicato. São Paulo, 07 de novembro de 2017 - Lucas José Dantas Freitas / Lynira Rodrigues Sardinha / Tarcísio Ferreira - Coordenadores Gerais

CONFISCO SALARIAL

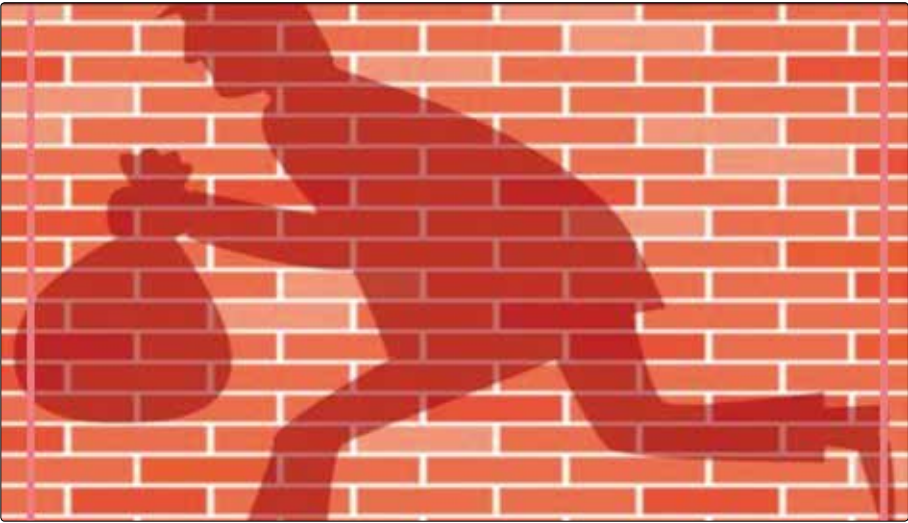
Servidores convocam reação imediata contra aumento do PSS para 14%

Mobilização unificada pode derrubar medida que reduz salários ao elevar alíquota previdenciária

É possível impedir o confisco salarial contido na Medida Provisória editada pelo presidente Michel Temer que aumenta a alíquota previdenciária (PSS) de 11% para 14%, mas é preciso que os servidores ponham em curso uma mobilização nacional unificada. É o que afirmam dirigentes sindicais do Judiciário Federal e do MPU acerca da MP 805, publicada no Diário Oficial da União na noite de 30 de outubro.

Na mesma data, o presidente assinou outra medida, a pedido de grandes empresários, que prorroga o prazo para empresas aderirem a programa que perdoa multas e encargos referentes a impostos atrasados.

A MP do funcionalismo prevê que a nova alíquota de contribuição previdenciária entre em vigor em fevereiro e seja aplicada sobre os valores que excederem o teto do INSS, hoje em R\$ 5.531,00. A medida atinge servidores da ativa e aposentados



de todos os Poderes da União. O pacote também inclui o adiamento de reajustes salariais de determinadas carreiras do Executivo.

Temer editou as duas medidas cinco dias após ter sido salvo, pela Câmara dos Deputados, pela segunda vez, de responder a processo movido pela Procuradoria-Geral da República por corrupção, em denúncias que envolvem

grandes grupos empresariais.

“É redução salarial”

A reação dos servidores, afirmam os dirigentes sindicais, deve começar já, com a participação nas mobilizações e protestos contra as reformas do governo.

“É um confisco, uma redução salarial”, afirma Tarcísio Ferreira, diretor do Sintrajud. Ele defende

a necessidade de o funcionalismo responder imediatamente a mais esse ataque e afirma ser possível derrubar a medida com uma “forte mobilização” conjunta do setor.

Embora seja uma tentativa de Temer de tratar o assunto como algo irreversível, a opção pela Medida Provisória também reflete a dificuldade do governo em aprová-la de modo célere na forma de projeto de lei. Mas o texto ainda terá de passar pelo crivo do Congresso Nacional para virar lei.

O servidor Rafael Scherer, diretor do sindicato da categoria no Rio Grande do Sul (Sintrajufe-RS), avalia que a reação do funcionalismo pode levar à derrubada da Medida Provisória. “É necessária mobilização dos servidores para mostrar aos parlamentares que quem votar a favor da elevação da contribuição previdenciária não se reelegerá, assim como aqueles que votarem a favor da reforma da Previdência”, disse.

Sintrajud entrará com ação para barrar confisco

O Sintrajud prepara ação judicial coletiva em benefício da categoria contra o aumento da contribuição previdenciária. A MP 805 prevê o aumento da alíquota, de 11 para 14%, sobre a parcela que ultrapassar o teto de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

No entanto, de acordo com a assessoria jurídica do Sindicato em Brasília (Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados), a Constituição não admite progressividade de contribuição previdenciária para servidores públicos, tratando-

-a como confisco remuneratório.

Na ação, será pedida tutela de urgência para evitar o aumento previsto para ter início em 1º de fevereiro. No mérito, será arguida a inconstitucionalidade incidental da alíquota de 14% e sua nulidade, em razão da violação de uma série de

regras constitucionais e tributárias.

O Sindicato também atuará na pressão sobre os parlamentares pela rejeição da MP e convoca a categoria a participar das mobilizações convocadas contra essa e outras medidas que atacam os trabalhadores e os serviços públicos.

Juiz questiona União e Amil sobre aumento do plano de saúde do TRF-3/JF

Despacho saiu em ação coletiva do Sintrajud contra o reajuste nas mensalidades, mas ainda não há decisão

A ação coletiva que o Sintrajud move contra o reajuste das mensalidades do plano de saúde dos servidores do TRF-3 e parte da JF teve um despacho no final de outubro. A manifestação do juiz Bruno Valentim Barbosa, da 4ª Vara Cível Federal de São Paulo, saiu um mês depois de a ação ter sido distribuída.

No despacho, o juiz determinou que a União e a Amil, operadora do plano de saúde, manifestem-se sobre o reajuste.

Pela determinação, as rés devem esclarecer sobre a participação da União

no reajuste e comprovar os dados relativos à sinistralidade do plano e o respeito à periodicidade de reajuste, conforme contrato.

A União e a Amil foram intimadas para resposta no prazo de 72 horas e não há ainda uma decisão.

A ação coletiva é uma das medidas tomadas pelo Sintrajud para evitar o aumento de até 47% nas mensalidades do plano, anunciado em julho depois de um reajuste de 19% em março. O Sindicato também luta para aumentar os recursos destinados ao custeio da assistência médica dos servidores.



ESPECIAL REFORMA TRABALHISTA

Reforma trabalhista entra em vigor e marca retrocesso histórico

Sob o discurso da “modernização” das relações entre empregados e empregadores, lei elimina cerca de uma centena de direitos

Por Hécio Duarte Filho

A história dos direitos e das relações trabalhistas no Brasil ganham um novo marco após 11 de novembro. A partir dessa data, precedida por protestos na véspera em todas as regiões do país, entra em vigor a lei que sinaliza o maior retrocesso em termos de conquistas laborais jamais visto no país.

A chamada reforma trabalhista foi aprovada sob o discurso de modernização das relações entre empregado e empregador, e acompanha a Lei das Terceirizações, que estende para a

área meio das empresas e órgãos públicos a possibilidade de terceirizar todos os serviços.

Quando o projeto da reforma ainda tramitava na Câmara, o relator da matéria, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), exemplificou em um programa de TV, ao falar da hora do almoço, o que seria a imagem desse tempo moderno: modernidade é o empregado que, quando almoça, com uma segura o sanduíche e com a outra, trabalha no computador.

Enviado ao Legislativo pelo Executivo com cerca de dez artigos, o projeto da reforma Trabalhista saiu

de lá para sanção presidencial com mais de uma centena de mudanças.

Revelações

Após a aprovação do texto, emergiram sinais que revelavam, o que almejam os setores empresariais e seus aliados, nacionais e multinacionais, com as alterações trabalhistas. Em um encontro nos Estados Unidos, segundo divulgou o portal “UOL”, vários deles declararam-se decepcionados com as mudanças porque elas ainda não permitem contratar mão de obra por quaisquer jornadas, e demiti-la quando assim se desejasse, sem ônus.



Resistência virá das ruas e até dos tribunais

Lei não tem o poder de transformar os juízes em autômatos, afirma o juiz e professor Jorge Luiz Souto Maior



Os objetivos que levaram à aprovação da Lei nº 13.467/17 ficaram mais explícitos com as pesadas críticas disparadas contra juízes e procuradores que participaram da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, organizada pela Anamatra, na primeira quinzena de outubro, em Brasília.

As propostas de enunciados aprovados, que buscam inserir a nova lei ao conjunto normativo, também foram duramente criticadas.

Em seu blog, o professor e juiz Souto Maior relata que nada mais se fez do que se fixar “compreensões em conformidade exatamente com os objetivos atribuídos (pelos seus defensores) à nova lei: melhorar

as condições sociais dos trabalhadores; não retirar direitos; ampliar empregos; favorecer as negociações coletivas e preservar as garantias constitucionais”.

Para Souto Maior, os objetivos da reforma Trabalhista ficaram evidentes, ainda, com a posterior edição da portaria que praticamente inviabiliza a fiscalização do Estado no combate ao trabalho análogo à escravidão no país.

O magistrado, no entanto, aposta na resistência a tais interesses. “[A Lei nº 13.467/17] não tem o poder de transformar os juízes em autômatos, desprovidos de consciência e sentimentos, ou de impedir que os juízes cumpram a sua função”, assinalou.

Ataques à Justiça do Trabalho

Configura-se, agora, no meio jurídico, mas também político e empresarial, um embate entre setores que querem a aplicação da lei com base no que ela tem de mais retrógrado em relação aos direitos trabalhistas, por um lado, e os que entendem que ela deve ser interpretada à luz da Constituição e da legislação vigente, por outro.

De carona, um desses lados tenta emplacar uma campanha pela extinção da Justiça do Trabalho – e conta para isso com o apoio do próprio presidente do TST.

Resistência

A entrada em vigor da nova lei é apontada por dirigentes sindicais

como um ataque sem precedentes nessa área aos trabalhadores. Ao lado da permissão para as terceirizações generalizadas e do chamado teto dos gastos (EC 95) – que se não for derrubado tende a inviabilizar os serviços públicos dentro de alguns anos –, integra talvez as três principais matérias aprovadas pelo governo Temer. A reforma da Previdência seria o próximo alvo.

Haverá resistência à implantação de tais projetos: o arquivamento da Proposta de Emenda Constitucional da Previdência e a revogação da Lei das Terceirizações, da reforma trabalhista e do congelamento dos orçamentos públicos são bandeiras que devem ser levadas às ruas.

Sintrajud pede audiência com relator de projeto que ataca estabilidade

Sindicato vai levar posição ao senador Airton Sandoval (PMDB-SP) e discute possível mandato de segurança

O Sintrajud solicitou audiência com o senador Airton Sandoval (PMDB-SP), relator do PLS 116/2017 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. De autoria da senadora Maria do Carmo Alves (Dem/SE), o projeto dispõe sobre a “perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável”.

O objetivo é levar ao relator a posição contrária dos servidores a esse projeto. Na avaliação do Sintrajud, sob o pretexto de avaliar “insuficiência de desempenho”, o projeto pretende atacar a estabilidade e facilitar a demissão de servidores, especialmente em contexto de ajuste fiscal e congelamento de orçamentos. “Mesmo que o senador seja da base do governo, levaremos nossa posição e diremos que os trabalhadores estão atentos aos votos dos parlamentares e seus partidos”, afirma Tarcisio Ferreira, coordenador do Sintrajud.

O Sindicato defende ainda que a estabilidade não é um privilégio, mas uma garantia da população contra arbitrariedades e favorecimentos no atendimento, além de ser uma condição para que o servidor possa exercer suas funções com independência e sem pressões.

Apesar dos protestos e de ser apontado como inconstitucional, o projeto foi aprovado na Comissão de



Sandoval está com a relatoria do texto na Comissão de Assuntos Sociais

Constituição e Justiça (CCJ), antes de encaminhado à CAS. Em sessão desta Comissão realizada no dia 1º, foi aprovada a realização de audiência pública, ainda sem data definida.

Além da CCJ e da CAS, a pedido de alguns senadores, o projeto deve tramitar também nas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Mandado de segurança

Em outra frente de combate ao PLS 116/2017, o Sintrajud e outros sindicatos discutiram com o senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP) a possibilidade de um mandato de segurança contra a tramitação da proposta.

Conforme jurisprudência do STF, parlamentares podem usar esse instrumento para questionar se a tramitação fere a Constituição. Nesse caso, o questionamento se refere ao processo legislativo e não ao mérito.

Randolfe manifestou posição contrária ao projeto e disposição de levar adiante a ideia. O diretor do Sintrajud Tarcisio Ferreira e os demais sindicalistas colocaram-se à disposição para subsidiar o senador na adoção das medidas cabíveis.



Randolfe manifestou disposição de lutar contra o projeto

Para o presidente do TST, trabalho não é necessidade

“Quando eu precisar, eu te aviso”, diz Ives Gandra, ao enaltecer jornada intermitente e defender eliminação de direitos

É notória a má vontade do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, em defender direitos trabalhistas – seja internamente com relação aos servidores dos tribunais, seja em termos gerais da sociedade.

Mesmo assim, ele consegue ainda surpreender. Em alguns momentos, chega a ser difícil acreditar que esteja falando sério. A cinco dias da entrada em vigor da reforma traba-

lhista, Gandra aparece em entrevista na Folha de S. Paulo responsabilizando o “excesso” de garantias trabalhistas pela crise econômica, defendendo que é preciso flexibilizar direitos sociais para gerar emprego e sustentando que as mudanças na legislação não são apenas supostamente necessárias, como também geradoras de mais direitos para os trabalhadores.

Aparentemente surpreendida pela afirmação, a repórter



Laís Alegretti pergunta que novos direitos seriam esses. Gandra menciona a criação do trabalho intermitente, na qual o trabalhador não sabe quando será convocado ao serviço e muito menos quanto receberá ao final do mês. Diz Gandra: “O garçom, por exemplo, vai trabalhar em fim de semana, determinadas horas. Eu te pago a jornada conforme a demanda que eu tiver. Quando eu precisar, eu te aviso.”, diz o ministro.

Mais adiante, Gandra se contradiz, e reconhece que a reforma elimina direitos. Mas afirma ser isso indissociável da busca pelo pleno emprego. Literalmente, diz que décadas de conquistas sociais levam os salários, a determinado tempo, a patamares de R\$ 50 mil, algo insustentável, disse. Num país no qual mais de 80% dos trabalhadores ativos recebem entre um e três salários mínimos, fica a impressão de que se referia a si próprio.

Agora você pode receber as notícias do Sintrajud em seu e-mail.



Visite o site e assine nossa Newsletter.

SINDICALIZE-SE
Acesse a ficha aqui:



Sindicatos cobram diretor-geral do STF por reajuste de benefícios

Dirigentes também reivindicaram fórum permanente para discutir salários, carreira e condições de trabalho

Dirigentes sindicais cobraram do diretor-geral do Supremo Tribunal Federal, Eduardo Silva Toledo, o reajuste dos benefícios sociais dos servidores. Em reunião com sindicalistas no dia 25 de outubro, Toledo disse que o reajuste ainda não saiu por causa da preocupação orçamentária dos outros tribunais e conselhos, mas admitiu a possibilidade de uma correção, ainda em 2017, de benefícios como auxílio-alimentação e auxílio-crerche.

Os dirigentes apontaram que há margem no orçamento. “Insistimos na necessidade de reajuste dos benefícios ainda este ano, tendo em vista que a LDO permite o reajuste pela inflação do ano passado, e que esse índice será perdido se não for implementado”, afirmou Tarcisio Ferreira, diretor do Sintrajud que participou da reunião com representantes de outros sindicatos e da Fenajufe.

Os servidores destacaram a necessidade de reajuste também do auxílio-saúde, tendo em vista a situação dos planos de saúde nos tribunais. O caso dos servidores de São Paulo, que enfrentam pesados reajustes nas mensalidades, foi apresentado como exemplo da gravidade do problema. Os dirigentes defenderam ainda a

busca de alternativas para enfrentar essa realidade, como a autogestão e a unificação de planos entre tribunais. Toledo concordou e disse que o plano do STF, de autogestão, está em situação de equilíbrio. O Sintrajud manifestou interesse em obter mais informações sobre o plano e levar adiante essa discussão.

Mesa de negociação

Os sindicatos cobraram a retomada da comissão interdisciplinar do STF para tratar da revisão do plano de cargos e salários e a instalação de um fórum permanente para tratar da carreira dos servidores, dos salários e das condições de trabalho.

A reposição salarial implementada desde o ano passado (Lei 13.317/16) tem sua última parcela em janeiro de 2019 e não recupera as perdas acumuladas.

Para os dirigentes sindicais, isso mostra que é urgente discutir uma política salarial para a categoria, tendo em vista que os recursos têm de ser incluídos no orçamento.

Toledo afirmou que a proposta do fórum permanente foi bem recebida, mas que ainda não foi implementada em razão de adaptações à EC 95/16, que prevê o congelamento do orça-



Toledo (de óculos, em primeiro plano) disse que proposta de mesa de negociação foi bem recebida

mento público por 20 anos. Segundo o diretor-geral, a presidente do STF, ministra Carmen Lucia, vem conduzindo o debate orçamentário em sintonia com o ministro Dias Toffoli, atual vice e seu provável sucessor a partir de setembro do próximo ano.

Toledo admitiu que houve pressões externas para o Judiciário adiar os reajustes salariais dos servidores, como estabelecido para os servidores do Executivo na MP publicada no dia 30. Ele declarou,

porém, que esse tema não está em discussão no Supremo.

Os dirigentes colocaram a preocupação da categoria em relação ao julgamento dos quintos pelo STF. O tema também preocupa a administração do Supremo, segundo o diretor-geral, até porque a Corte tem servidores nessa situação. Ele disse que o assunto tem sido debatido pelos ministros.

Veja matéria completa no site do Sintrajud

Sintrajud inicia pesquisa sobre saúde e condições de trabalho dos oficiais

Questionário está sendo enviado por e-mail e pode ser respondido até 1º de dezembro



Está aberta a pesquisa do Sintrajud sobre a saúde e as condições de trabalho dos oficiais de justiça, que poderão responder ao questionário até 1º de dezembro.

O levantamento é composto por testes validados cientificamente so-

bre saúde psíquica do servidor, contexto de trabalho e assédio moral. Além disso, há perguntas sobre condições de trabalho específicas dos oficiais de justiça e uma parte com questões sociodemográficas, como idade e tempo de serviço.

A pesquisa é fundamental para orientar a atuação do Sindicato no sentido de reivindicar melhores condições de trabalho para os oficiais e ações específicas voltadas à saúde e à segurança desses servidores.

Como participar

Para participar, os oficiais deverão inscrever seu e-mail institucional no site do Sintrajud. Após a inscrição, o oficial recebe no e-mail o link com o questionário a ser respondido.

O banco de dados do Sintrajud já tem o e-mail de alguns oficiais e outros endereços foram informados pelos tribunais. Portanto, quem receber o e-mail não precisa se cadastrar no site.

O preenchimento dura em torno de 30 minutos e todas as questões são de múltipla escolha. As respostas ficarão sob sigilo e não serão analisadas individualmente.

Algumas questões referem-se a

temas como relação com chefias, assédio moral e até uso de álcool e substâncias psicoativas. Por isso, o questionário deve ser preenchido em local em que o servidor se sinta totalmente à vontade para ser sincero em suas respostas.

Por que responder à pesquisa

Conduzido pelo psicólogo Daniel Luca, assessor do Sindicato na área de saúde do trabalhador, o trabalho deve servir de piloto para uma pesquisa mais ampla, envolvendo todos os servidores do Judiciário Federal em São Paulo.

Segundo o psicólogo, o levantamento se baseia em uma pesquisa realizada pelo Sintrajufe-RS com os servidores do Rio Grande do Sul.

“Com esses dados, o Sintrajud poderá conhecer melhor o perfil do segmento e atuar de maneira ainda mais firme na defesa dos oficiais”, afirma Daniel.

Coletivo de Mulheres define suas primeiras ações

Criado no 1º Encontro de Mulheres do Sintrajud, grupo prepara cartilha contra o assédio e palestras



1º Encontro de Mulheres do Sintrajud: palestras de Paula Nunes (à esq.) e Marisa Mendes (dir.)

Uma cartilha contra o assédio e uma série de palestras sobre questões de interesse das mulheres são algumas das primeiras iniciativas do Coletivo de Mulheres do Sintrajud, criado no dia 28 de outubro durante o 1º Encontro de Mulheres realizado na sede do Sindicato.

Os encontros vão se repetir a cada dois meses e o próximo já está marcado para 20 de janeiro, a partir das 10h, no auditório do Sintrajud. A ideia é que nesse dia o Coletivo já tenha uma prévia da cartilha contra o assédio, a ser distribuída em 8 de março – Dia Internacional da Mulher.

Uma comissão foi encarregada de preparar esse material e outro grupo ficou com a tarefa de organizar as palestras de formação. O Coletivo decidiu ainda que o Sintrajud deve produzir um boletim específico para as mulheres do Judiciário Federal, incluindo as trabalhadoras terceirizadas. O Jornal do Judiciário também produzirá reportagens a partir dos relatos das próprias mulheres da categoria.

“Poderemos ver, a partir de agora com mais carinho e atenção, as questões específicas das

mulheres do Judiciário”, afirmou a diretora do Sintrajud Ana Luiza Figueiredo, servidora aposentada do TRF-3.

“Espero que desse Coletivo saia um grupo de mulheres ainda mais atuantes, aguerridas e dispostas a transgredir o que nos é imposto pelo universo machista”, acrescentou Luciana Carneiro, também diretora do Sindicato e servidora do TRF-3.

Feminicídio e assédio

O 1º Encontro de Mulheres do Sintrajud, que marcou o lançamento do Coletivo, teve palestras da advogada criminalista e ativista do movimento negro Paula Nunes e da diretora da Federação Nacional dos Metroferroviários (Fenametro) Marisa dos Santos Mendes.

Paula falou sobre o quadro de feminicídio no país desde 2015, quando foi sancionada a lei que tipificou esse crime (Lei 13.104/2015). Desde então o número de homicídios de mulheres brancas diminuiu, mas aumentou o de mulheres negras.

Para a advogada, essa discrepância pode ser ex-

plicada pelo fato de as mulheres negras terem ainda menos acesso à Justiça. Ela destacou que medidas de proteção previstas na Lei Maria da Penha, sancionada nove anos antes da Lei do Feminicídio, não têm sido aplicadas. “Muitos desses homicídios decorrem da violência doméstica, o que significa que poderiam ser evitados”, apontou.

A diretora da Fenametro apresentou dados alarmantes sobre o assédio sexual contra as mulheres no transporte público e mostrou que o problema está ligado também à falta de investimentos no setor.

Numa pesquisa realizada no ano passado pelo Sindicato dos Metroviários de São Paulo, 83% das entrevistadas defenderam a adoção de um vagão exclusivo para mulheres no metrô paulistano, 75% disseram ter sofrido assédio e, dessas, apenas 15% disseram ter denunciado o crime.

“A campanha do Metrô [contra o assédio] é só de propaganda, porque não há investimentos”, afirmou Marisa. Ela acrescentou que apesar do aumento das denúncias e dos casos de assédio, a punição dos assediadores é “pífia”, inclusive por causa da interpretação dos juizes sobre esse tipo de crime. “Há casos de pessoas que já foram presas 10 vezes”, afirmou.



Coletivo discutiu questões específicas das mulheres do Judiciário

Presidente do TRT retoma reuniões com Sintrajud e servidores

Encontro discutiu casos de assédio contra oficiais, aposentadorias, nomeações e plano de saúde

O presidente do TRT, desembargador Wilson Fernandes, retomou a rotina de reuniões mensais com diretores do Sintrajud e representantes dos servidores. Um encontro no dia 27 de outubro reatou o diálogo que havia sido interrompido desde a decisão do Tribunal de deslocar oficiais de justiça para as varas, sem negociar com a categoria (Ato GP 05/2017).

Segundo o TRT, a medida seria uma forma de contornar a falta de servidores – alegação que a categoria contesta. Nesse período, os oficiais de justiça fizeram duas greves contra as transferências. Durante a reunião, os servidores apresentaram ao desembargador casos de assédio que oficiais transferidos para as varas já estão relatando.

Wilson pediu que os relatos fossem apresentados formalmente, por escrito, e prometeu intervir para resolver o problema. Ele concordou com os servidores quanto à necessidade de uma ampla campanha contra o assédio moral na Justiça Trabalhista.



Wilson Fernandes (4º a partir da esq.) e servidores: volta do diálogo

A reunião abordou também a necessidade de nomear novos servidores para o quadro do Tribunal e de processar o grande número de pedidos de aposentadoria em tramitação. O desembargador reafirmou sua posição contra a terceirização dos postos de trabalho no setor público, que tende a avançar com a nova legislação aprovada pelo governo Temer. “A tarefa do servidor não deve ser terceirizada”, disse.

Plano de saúde

Outro assunto discutido foi o plano de saúde dos servidores, que será objeto de licitação no próximo ano. A comissão gestora discute o formato dessa licitação.

Segundo o desembargador, a comissão já concluiu que o custo da faixa superior do atual plano de saúde pesa sobre as mensalidades das demais faixas e que deve ser descartada a criação de um plano separado para os “agregados”.

Os diretores do Sintrajud levaram sugestões dos servidores para a licitação do novo plano, que o presidente do TRT se comprometeu a repassar para a comissão.

Ele também concordou que a autogestão é uma alternativa a ser estudada para o médio e longo prazo. “Seria muito bom se o Judiciário tivesse um plano próprio”, afirmou. O Sindicato tem feito reuniões com a Unidas – entidade que representa o segmento de autogestão em saúde – para estudar a viabilidade dessa alternativa.

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO 2016 DO SINTRAJUD-SP

Realizado de 01 de janeiro a 31 de Dezembro de 2016 (valores em reais)

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA 2016	TOTAL ANO
Saldo inicial em 01/01/16	356.365,64
Receita de mensalidades	7.386.105,01
Receita outras (outros ingressos: futebol, festas, etc)	24.140,38
Despesas normais e extraordinárias	(6.933.040,95)
Recebimento Reemb.terceiros - Despesas reembolsáveis (custas, antecipações a funcion, etc)	55.208,76
Resultado dos convênios	104.178,35
Resultado da conta imposto sindical	222.971,68
Resultado da conta Fundo de Greve	70.687,29
Saldo com Fundo de Greve e IS	1.286.616,16
Descrição do saldo em 31/12/16	
Caixinha Sede, Subsede Santos e Subsede Santos Festas	9.769,76
Contas correntes BB e CEF disponível	519.491,18
Contas Poupanças BB e CEF - F.Greve/Imp.Sindical/F.Reserva	757.355,22
	1.286.616,16
DESPESAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS	
Receita de Mensalidades dos sócios	7.386.105,01
Outras receitas (ingressos, reembolsos,rateios)	24.140,38
Empréstimos recuperados diversos e despesas reembolsáveis (custas, antec. Func. etc)	55.208,76
TOTAL DAS RECEITAS	7.465.454,15
MOBILIZAÇÕES E ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL	2.980.792,65
Salários, benefícios e encargos relativos a funcionários	536.488,36
Greve. Infraestrutura da mobilização e das Campanhas; Atividades em Brasília.	527.361,57
Ressarcimento aos Tribunais da licença para mandato classista	790.090,26
Eventos culturais e esportivos; Festas, brindes final de ano e Dia Interna- cional Mulher; Oficinas Dança, Teatro e Percussão; custos operacionais	312.479,34
Apoio e acompanhamento de eleições sindicais	44.100,00
Apoio Financeiro ao Movimento Social	140.240,00
Congresso Conlutas e Fenajufe - Seminário Negros e Negras CSP Conlutas	304.089,69
Eleições de diretoria de base	1.360,00
Assessorias ao Coletivo de Saúde ,Coletivo de Formação ,Economica e Politica	251.608,91
Reuniões da diretoria executiva, conselho de base, conselho fiscal e cursos de formação	57.202,81
Núcleo dos Aposentados	14.770,37
Congresso Sintrajud	1.001,34
CONTRIBUIÇÕES FEDERATIVAS	743.282,36
Mensalidade a Fenajufe	470.733,56
Mensalidade a Conlutas	272.548,80
IMPRENSA	917.861,00
Salários, benefícios e encargos relativos a funcionários e assessorias	576.203,94

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA 2016	TOTAL ANO
Impressão, diagramação e distribuição de publicações, jornais e boletins	286.100,91
Fotógrafos, hospedagem do site e assinatura de publicações; deslocamentos	55.556,15
ADMINISTRATIVAS	797.216,99
Salários, benefícios e encargos relativos a funcionários	465.845,73
Manutenção da sede e apartamentos, veículo e equipamentos e sistema; con- sumo e custos operacionais; Taxas legais e impostos;honorários advocatícios.	287.029,63
Telefonia e internet	44.341,63
JURÍDICO	1.097.031,10
Salários, benefícios e encargos relativos a funcionários ,estagiários e assessorias	1.052.364,70
Honorários Advocatícios e Periciais de Terceiros	6.327,66
Custas Processuais. Deslocamentos, correio, cópias e cartório. Publicações afins.	38.338,74
SUBSEDE SANTOS	274.061,43
Salários, benefícios e encargos relativos a funcionário	195.930,84
Despesas administrativas e manutenção da subsede	78.130,59
DESPESAS FINANCEIRAS	4.601,55
DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS	118.193,87
Indenizações trabalhistas e honorários advocatícios trabalhista	15.776,80
Aquisição de Equipamentos, mobiliário e pequenas obras na sede;	43.257,74
Empréstimo e Despesas Reembolsáveis	59.159,33
TOTAL DAS DESPESAS	6.933.040,95
Resultado do Fundo de Greve	85.631,05
Arrecadação com bônus e rendimentos da poupança (-) tarifas bancárias	43.192,29
Arrecadação com doação do Imposto Sindical	14.943,76
Recebido dos servidores - doação F.Greve	330,00
Doação Quintos	27.165,00
Resultado do Imposto Sindical	222.971,68
Repasse do IS pela JF e TRF 2016	1.017.828,55
Repasse do IS pela JF e TRF 2015	780,85
Doação do Imposto Sindical ao Fundo de Greve	(13.710,04)
Devolução aos servidores JF e TRF (excluido estornos bancários)	(781.927,68)
Resultado da Movimentação dos Convênios	104.178,35
Saldo da Movimentação da Amil	43.442,16
Saldo da Movimentação da Claro	60.736,19
Resultado Reversão Fundo Reserva	450.000,00
Transferido do Imposto Sindical não levantado p/ Fundo de Greve	221.724,17

